

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2021.

Dispõe sobre a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO.

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Complementação de voto.

Em razão dos debates realizados nesta douta comissão a respeito do presente projeto, passamos a apresentar complementação ao voto anteriormente apresentado, sobretudo após diálogo com a Deputada Caroline De Toni que trouxe a sugestão do Sr. Diego Barbiero, Promotor integrante do Ministério Público de Santa Catarina, a quem defiro os devidos cumprimentos, dado que em bora hora aperfeiçoa a proposta ora em exame.

Dessa maneira, apresentamos uma emenda aditiva para acrescentar o Art. 3º do projeto de lei principal, renumerando-se os demais, para acrescentar o §5º ao art. 70 do Código de Processo Penal para fixar como competência o domicílio da vítima em relação aos crimes cometidos por meio



da rede mundial de computadores, aplicativos de comunicação ou qualquer outro meio digital, que tenham como vítimas crianças ou adolescentes.

Nesse diapasão, portanto, complementamos o nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito, pela aprovação, com a emenda aditiva em anexo, do Projeto de Lei nº 2.304, DE 2021.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

EMENDA ADITIVA

Dispõe sobre a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Acrescente o art. 3ª do Projeto de Lei nº 2.304 de 2021, renumerando-se os demais com a seguinte redação:

“Art. 3º Acrescente-se o §5º ao Art. 70 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal com seguinte redação:

§ 5º. Nos crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores, aplicativos de comunicação ou qualquer outro meio digital, que tenham como vítimas crianças ou adolescentes, consistentes em extorsão mediante grave



ameaça relacionada a material íntimo ou sexual (art. 158, § 1º e § 3º, do Código Penal), estupro de vulnerável (art. 217-A), corrupção de menores (art. 218), satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A), favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual (art. 218-B), produção, oferta, divulgação, publicação, transmissão, comercialização, aquisição, posse ou armazenamento de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 240 a 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente), a competência será definida pelo local do domicílio da vítima. Em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Deputada Maria do Rosário

Relatora

